**FUNCIONÁRIO PÚBLICO — TESOUREIRO-AUXILIAR — RE-
CLASSIFICAÇÃO — AUTARQUIAS**

— Interpretação da Lei n.º 3.205, de 1957.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 2.541-57

Trata o anexo processo da pretensão de Ruth Helena Tavares da Cunha, tesoureiro-auxiliar, padrão "K", do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (I.A.P.C.), que solicita a sua reclassificação no padrão "M", de acôrdo com a Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948.

2. O assunto já foi objeto de estudo nesta Divisão, que, apreciando o pedido

da requerente, dirigido ao Presidente daquela autarquia, fundamentado na extensão administrativa a Francisco de Paula Monteiro Barros, e outros, dos efeitos de sentença judicial firmada em acórdão do Tribunal Federal de Recursos, teve oportunidade de esclarecer:

".....

8. Não houve, na aplicação da Lei n.º 403, de 1948, ao I.A.P.C., erro

de interpretação ou de má aplicação da norma legal; a contestação cingiu-se ao elemento quantitativo (montante da movimentação) que serviu de base à classificação de determinadas tesourarias, o qual, pela sua própria natureza variável, teria de ser comprovado em cada caso. O procedimento invocado, como se vê, não se fundou nem mesmo na lógica e carece de revisão.

9. Com efeito, a extensão administrativa indiscriminada daquela decisão judicial aos ocupantes de cargos de tesoureiro-auxiliar da Delegacia do Distrito Federal e da Administração Central (Boletim de Serviço a fls. 4) partiu de um pressuposto — o montante da movimentação de valores — que teria de ser aferido em cada tesouraria e não pela simples identidade de classificação das mesmas. Se o objeto da demanda versou em tórno de matéria de fato (no caso a movimentação de valores a cargo da tesouraria da Delegacia do Distrito Federal), a prova do valor da movimentação teria de processar-se mediante exame pericial em cada tesouraria, isoladamente, conforme se depreende do texto da sentença proferida pelo meritíssimo Juiz da 4.^a Vara da Fazenda Pública (cópia anexa a fls. 61 do processo n.º 99.645-53, apenso).

10. Nessas circunstâncias, entende esta Divisão que não deve ser deferida a pretensão da requerente e que não são válidas as reclassificações operadas por decisões administrativas baseadas em extensão de sentença judicial.

11. Em face, porém, do resultado conseguido pela perícia judicial com referência ao valor da movimentação da tesouraria da Delegacia do Distrito Federal, superior ao que foi fornecido pelo I.A.P.C. quando da elaboração das tabelas que integram o Decreto n.º 29.062, de 29 de dezembro de 1950, opina esta D. P. pela revisão do assunto.

12. Tal revisão, é óbvio, terá que efetuar-se, à vista do processo originário e os dados referentes à movimentação de valores das tesourarias serão os relativos a 1949, exercício imediatamente anterior à Lei n.º 1.095, de 3 de maio

de 1950, que estendeu a Lei n.º 403, de 1948, às autarquias”.

3. Baseado na conclusão desta Divisão, o Departamento Nacional de Previdência Social remeteu o processo ao I.A.P.C., determinando no Ofício D. N.P.S. 272-57, de 13 de maio de 1957, a fls. 38:

“... solicito sejam tomadas as providências cabíveis no sentido de serem anuladas, com urgência, as reclassificações operadas por decisões administrativas baseadas em extensão de sentença judicial”.

4. Aliás, o ponto de vista do D.N. P.S. coincide com o desta Divisão, que, ao apreciar o processo n.º 6.970-57, também do I.A.P.C., estendendo ao oficial administrativo Mauri de Sousa Santos os benefícios de decisão judicial da qual o mesmo não participara, conclui (D. O. de 2-12-57, pág. 27.006):

“.....
8. Restrita a ação aos que a impetraram, devia o Instituto limitar-se a dar cumprimento à decisão judicial, pois havia da Consultoria-Geral da República parecer contrário à extensão administrativa das referidas decisões, quando implicassem em aumento de vencimento.

9. A interpretação deveria ter sido restritiva e não extensiva, mas não agindo assim, o Instituto incidiu em grave erro ao lançar pesado ônus sobre a administração.....

16. ....
Entretanto, conforme foi ressaltado no parecer do Consultor-Geral da República, transcrito no item 13, a matéria transcende ao âmbito, do I.A.P.C. A decisão do assunto é da competência do Exmo. Sr. Presidente da República.

17. O ato do Presidente do I.A.P.C. não deve, portanto, prevalecer porque não é do interesse da Administração, não se destina a corrigir erros, não é da competência do Instituto e está vedado em face de sucessivos pronunciamentos do Consultor-Geral da República, contrários à extensão administra-

tiva de decisões judiciais, aproveitando a quem delas não foi parte...

18. Conseqüentemente, no entender desta D.P., todos os atos administrativos baixados pelo Presidente do I.A.P.C., idênticos ao que ora se aprecia, são nulos de pleno direito e devem ser revogados *ex tunc*".

5. Nada mencionando sôbre as providências tomadas pelo I.A.P.C., ante as determinações do D.N.P.S., citadas no item 3 dêste parecer, retornou o processo a esta Divisão para o necessário estudo.

6. Não se encontra anexado ao processo o requerimento da interessada. Essa circunstância, porém, não influi na apreciação do despacho do Departamento Jurídico do I.A.P.C. (fls. 42), que declara ter o referido requerimento sido deferido nos têrmos dos itens 11 e 12 do parecer desta Divisão, conclusão esta indevida, uma vez que a diligência sugerida naquele parecer não significou o deferimento da pretensão da postulante, mas apenas a possibilidade de uma revisão do assunto, de modo geral, com base nos dados constantes do processo de que se originou o Decreto n.º 29.062, de 1950.

7. Novos elementos foram juntados ao processo (fls. 45 e 46). É estranho, porém, que constem dados a respeito da Administração Central, quando se discute, apenas, sôbre a Delegacia no Distrito Federal. Os órgãos são distintos e, em conseqüência, assim são consideradas as respectivas tesourarias.

8. Esclarecido êste aspecto, torna-se necessário o exame dos novos elementos fornecidos a respeito desta última, em que aparecerem as contas "de caixa" e "de banco".

9. A "conta de banco", constante de fls. 46 e não mencionada no processo n.º AC-50.805-50, deverá ser melhor esclarecida, pois além de parecer já incluída na "conta" de caixa", êste Departamento, na Exposição de Motivos n.º 1.191, de 21 de novembro de 1956, ao examinar dados a respeito dos tesoureiros do Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, do Ministério da

Viação e Obras Públicas, assim se manifestou:

"13. Repeliu êste Departamento a hipótese de se considerarem como arrecadação os suprimentos recebidos do Tesouro Nacional, e, também a de equivaler a "movimentação de valores" a simples tramitação de contas a serem pagas pelo Tesouro Nacional, ou por intermédio de outras fontes".

10. A movimentação de valores não pode ter a elasticidade que se pretende. Três são os critérios previstos no art. 1.º da Lei n.º 403, de 1948, tornada extensiva às autarquias federais pela Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950. Dessa forma, não se confundem a arrecadação os pagamentos ou a movimentação de valores, pois do contrário ficariam sem objetivo os critérios independentes expressos no art. 1.º da Lei n.º 403, de 1948. Apenas, pelo art. 12 da mesma lei, se permite incluir na arrecadação todos os movimentos de valores.

11. Entende esta Divisão, ainda, que a requerente, tendo sido transferida para a Delegacia no Distrito Federal antes da publicação do Decreto n.º 29.062, de 29 de dezembro de 1950, que regulamentou a aplicação da Lei n.º 1.095, de 1950, no I.A.P.C., não foi atingida pelo art. 4.º do citado decreto:

"Os tesoureiros-auxiliares de igual padrão poderão ser livremente movimentados para tesourarias da mesma categoria das diversas Delegacias e Agências".

12. Dessa forma, a interessada deveria estar classificada no padrão "L", medida que estaria em concordância com as providências anteriores adotadas pelo Instituto. O movimento da tesouraria da Delegacia no Distrito Federal, ao que parece, não ultrapassa a 2 (dois) bilhões de cruzeiros. Pretender-se considerar a soma de várias tesourarias não deve, em face da lei, ser deferido.

13. Por outro lado, não há sucessivos pronunciamentos favoráveis à tese defendida pelo Instituto, devendo, portanto, a Administração abster-se de tor-

nar extensivos a quem não é parte na ação os efeitos da decisão judicial em exame, uma vez que, conforme salientou o Consultor-Geral da República no parecer n.º 89-X (*Diário Oficial*, de 22 julho de 1955)

“a extensão dos efeitos de uma decisão judiciária a outras, em igualdade de condições quanto aos vencimentos, constitui, em princípio, medida que excede a competência do Poder Executivo”.

14. Atualmente, na vigência da Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, que alterou a Lei n.º 403, de 1948, deverá o I.A.P.C. providenciar os elementos necessários ao estudo da aplicação do referido diploma legal, levando-se em consideração o exercício anterior, isto é, o de 1956, à semelhança do que se observou quando da aplicação da aludida Lei n.º 403.

15. Envolvendo a aplicação da Lei n.º 3.205, de 1957, alteração do Quadro de Pessoal, a sua efetivação será feita mediante decreto executivo e dentro do critério fixado pelo Consultor-Geral da República no parecer n.º 307-Z, de 18 de setembro de 1957 (*Diário Oficial*, de 4-6-57).

“Apenas há que ressaltar que a classificação das tesourarias, nas autar-

quias, deve ter em vista, exclusivamente, a movimentação de valores, porque a localização se entende, somente, com as tesourarias do Ministério da Fazenda”.

16. Em decorrência do que se entendeu no item 12 dêste parecer, cabe à requerente direito à reclassificação no padrão “L”, correspondente às tesourarias de 2.ª categoria, medida que, entretanto, por depender de decreto do Executivo poderá ser providenciada na ocasião em que se aplicar ao I.A.P.C. a Lei n.º 3.205, de 1957.

17. Nestas condições, esta Divisão, pelas razões expendidas, opina pelo indeferimento da pretensão da requerente quanto ao seu enquadramento no padrão “M”, de vez que os esclarecimentos prestados pelo Instituto são insuficientes, não autorizando se modifique a classificação operada pelo Decreto n.º 29.062, de 1950, e propõe a restituição do processo ao Departamento Nacional da Previdência Social, a fim de que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes adote as providências preconizadas neste parecer.

Em 6 de novembro de 1958. — *Valdir dos Santos*, Diretor. De Açôrdo. Em 24-11-58. — *João Guilherme de Aragão*, Diretor-Geral do DASP.